

Revista da Freguesia de Touro

# burrel

SEMESTRAL  
JUNHO 2022  
Nº3

 FREGUESIA DE  
**Touro**

**Casa Pública 04 / Boa Sorte 06 /  
Tecelagem 14, 16, 18, 20 / Fiador 22  
/ Herança 32 / Tear da Memória 34,  
36, 38.**

## **Alfaiates**

### **Direção:**

Mário Jorge Morgado

### **Design:**

Ana Cristina Fernandes / newww.pt

### **Fotografia:**

João Morgado  
Outro Olhar Fotografia

### **Edição e Textos:**

Amadeu Araújo

### **Impressão:**

Gráfica Diário do Minho

Burel, revista semestral, editada e produzida pela  
Junta de Freguesia de Touro.

Número 3, Junho de 2022  
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



**VENCEDOR 3ª EDIÇÃO | 2022**

**Junta de Freguesia  
de Touro**

PROJETO  
Burel

Categoria  
Cultura e Património

Sub-Categoria  
Conservação do Património

# 2500 hectares de riqueza!

Quanto vale a floresta, os baldios que são do povo, que futuro queremos para uma Freguesia mais verde, mais sustentável, mais ecológica?

Este terceiro número da Burel olha aos baldios, à floresta, à madeira, ao mobiliário, à pasta de papel. Mas estes não são apenas nós de uma árvore que rentabilizamos e distribuímos, são antes uma árvore que frutifica, que regeneramos, que cuidamos de redistribuir com serviços que beneficiem todos os fregueses.

Mas permitam-me, antes, partilhar uma alegria. Quando há um ano lançámos a Burel, sabíamos do valor de memória, de preservar origens, costumes, tradições. Do orgulho em nós e na Freguesia do Touro. Pois bem, a Burel foi distinguida no 'Prémio Autarquia do Ano, na Categoria Cultura e Património, Subcategoria Conservação do Património.

Estamos na senda certa, e se antes a floresta era a lenha para a cozinha e o lume para o aquecimento, hoje é mais do que isso.

Começamos pelo princípio, proteger o que temos. Uma Unidade Local de Proteção Civil, uma equipa de Sapadores Florestais, tractor e maquinaria. Avançamos na limpeza e na gestão de combustíveis, na arborização e na gestão florestal.

Somados os números do investimento florestal na Freguesia, público e privado, atingimos meia centena de milhões de euros. Nem demagogia, nem aritmética simples. E não contamos nestes valores com a caça, o mel e a apicultura, os cogumelos, o uso recreativo e até os serviços ambientais.

Temos uma zona de intervenção florestal que incide em 2500 hectares, de onde retiramos rendimento das eólicas. Em breve um grupo económico terá em funcionamento uma central solar, num investimento de 48 milhões de euros. Está aprovada uma candidatura, de 1,2 milhões de euros, para rearborear mais de 500 hectares, com verbas garantidas para a sua manutenção. Conseguimos ainda 360 mil euros para limpeza de matos e gestão de combustível.

Que futuro queremos para esta floresta? Que sirva a todos, que produza riqueza e empregos, que deixe colher castanha e pinhão, apanhar ervas aromáticas, que conserve a biodiversidade e a paisagem, que tão bem fruímos da Rota do Caldeirão e essa é outra valia, a floresta como espaço de recreação, desporto e lazer.

Temos ainda os baldios que por delegação da Assembleia de Compartes está entregue à Junta de Freguesia. Não ficámos presos no tempo, e ainda há quem tenha os seus pinheiros e os seus eucaliptos, o gado e a casa.

Os baldios, terrenos possuídos e geridos por comunidades locais, são uma realidade jurídica, económica e social, com origens antigas na sociedade portuguesa. E que muito nos orgulham, pelas lutas travadas para os manter e requalificar. Os maninhos são essenciais à economia agrícola. Temos o gado que os pastoreia, os queijos.

São compartes os moradores da Freguesia que, pelos usos e costumes, mantêm uso e fruição do baldio. A lei que hoje regula os Baldios em Portugal tem a natureza de propriedade colectiva das comunidades locais. Não a desprezamos, criamos sinergias, respeitamos a Assembleia e percebemos que temos que regressar às origens, às matérias-primas naturais. É na agricultura e na silvicultura que vamos encontrar futuro. As fibras vegetais de madeira já fazem ecrãs de computador, é um princípio.

Mas não descaramos o essencial. Os baldios são serviço público, que exigem limpeza e manutenção, fogo controlado, gestão de combustível. Por isso temos constituída uma Área Integrada de Gestão da Paisagem. E temos já duas aldeias integradas num projeto de salvaguarda e proteção contra os incêndios. Trabalhamos para ter mais aldeias seguras, com projetos de gestão de combustível.

Temos os meios, a vontade e o caminho. Não estamos a transformar a paisagem, estamos a integrar e a criar uma nova economia que nos traga mais e melhores rendimentos, com a participação e a opi-

## Planear o território, proteger as florestas, manter a identidade dos baldios, é plantar futuro.

nião de todos. Valorizar a floresta e responder aos desafios das alterações climáticas.

Sem esquecer outro principal, caminhar entre árvores, calcorrear a floresta, descobrir a cascata para o mergulho, o ribeiro para a pesca, o couto para a caça.

Ou observar a passarada, olhar o céu, sentir o vento da Nave. Quanto vale está riqueza?

Falta, porém, o essencial. O valor associado à floresta, a ecologia, os serviços ambientais. Assegurada a gestão da nossa floresta, travado o abandono rural, precisamos rentabilizar a sustentabilidade.

Uma Freguesia onde pessoas e floresta coexistem, mantendo e alimentando este imenso ecossistema, os nossos 2500 hectares de floresta. Por isso limpamos as margens do Covo, um importante corredor ecológico. E temos os mosaicos, proteção florestal, agricultura e silvicultura combinadas.

É com estes valores, com a criação de riqueza que diminuámos o despovoamento e prevenimos fogos cada vez mais violentos.

Gestão florestal, não é um chavão, é uma prática, que os nossos antigos sempre fizeram. Para isso precisamos de pessoas. E agricultura, floresta natural, floresta intensiva e espaços de descontinuidade.

Planear o território, proteger as florestas, manter a identidade dos baldios, é plantar futuro.

**Mário Jorge Morgado**



# À sombra da floresta

Texto: Amadeu Araújo



**Carvalhais, eucaliptais e pinhais. Alguns bosques de bétula, videiros, aqui e ali uma nesga do Côvo, o granito empoleirado nos muros e nas casas e o verde da floresta. A grande riqueza do Touro está em mudança, a receber novos investimentos e a ser pensada. Com rendimento para a sua manutenção, proteção e disponibilidade financeira para investir no melhoramento coletivo das 7 aldeias de Freguesia.**

O baldio foi o esteio da floresta, que hoje reúne também investidores privados, mas a essência do maninho permitiu colher matos, pastar gado, apanhar lenhas e vencer os rigorosos frios, ou cozinhar singela refeição.

Para lá do turismo verde que hoje todos reclamamos, a floresta tem merecido pouca atenção num país devastado pelo folclore dos incêndios e pouco tem sido preservada. Há ainda os iluminados que separam a floresta entre produção e ambiental, como se uma não fosse a outra.

A florestação está na origem da nossa paisagem, num mosaico, agora que tanto deles se fala, de agricultura e arborização. As serras estão cobertas de pinhais e eucaliptos, subtraídos à garra dos fogos, misturados com castanheiros e carvalhos, integrados em sistemas de produção, que teve a sua origem no baldio, propriedade comum que a muitos ambiciona, mas que poucos cuidam.

O baldio, que remonta ao século XIX, proporciona o pasto indispensável à manutenção das espécies pecuárias, em particular bovinos, ovinos e caprinos. É de lá que vem alimento e cama, carquejais e giestas, algum centeio. Lenha, carvão, madeira, mel e cogumelos. Cala e pesca.

Desde 1935 que prometem futuro à floresta, com incremento pelo Estado Novo de grandes ações de florestação, com a Lei de Reconstituição Económica. Foi esse Plano de Povoamento Florestal, realizado entre 1939 e 1968, que incendiou a posse dos baldios serranos, terrenos de serventia comum, que serviam ao povo, mas que o Estado queria rentabilizar. O pinheiro-bravo, madeira e resina,

## Boa Sorte



cresceu pelo Interior e a arborização dos baldios tornou-se mostra da repressão do Estado Novo e da resistência das comunidades locais.

E tinha razão o povo que desde que o mundo é mundo sempre usou os terrenos maninhos, para daí retirar complemento para vidas secas de carência. Trabalho árduo, colher matos e pastar gados.

Baldios que foram sempre apetecíveis e apetecidos por quantos queriam aumentar os seus domínios, as suas fontes de receita e as suas riquezas

Os baldios são, ainda hoje, 13% da área florestal nacional. Propriedade comum que pode ajudar a desenvolver terras esquecidas pelos senhores do mando, aproveitar os recursos disponíveis para que sejam geridos da melhor maneira possível, tendo sempre em conta a preservação do meio ambiente e os melhoramentos das comunidades.

Os baldios são terras comunitárias historicamente geridas para pastagem, integradas nos sistemas agrícolas de subsistência.

Com a entrada na União Europeia, em 1986 e a entrada em vigor da Política Agrícola Comum, o mundo rural levou forte machadada, trocando a

floresta de produção, pela floresta recreativa. O baldio ameaçava perder essência e os compartes, os donos do baldio que são todos aqueles que residem nestas áreas, precisaram encontrar novos meios de importância.

A gestão da floresta plantada pelo Estado e a produção animal extensiva foram os caminhos iniciais. A que se juntou o turismo, com passeios, rotas, cascatas, trilhos e toda uma atividade lúdica que poucas contrapartidas deixa às comunidades.

O olho felino adormecido desde a guerra do povo à nacionalização dos baldios, voltou a acordar. Entidades externas às populações começaram a olhar para esta riqueza, esquecendo-se de defender os direitos de propriedade dos compartes e rentabilizar o usufruto do baldio por entidades externas. As comunidades e as suas instituições perderam influência e a gestão comunitária foi determinante para resgatar a posse do bem comum, mantendo pecuária, produção agrícola e encontrando novas formas de receitas. E, pelo caminho, encontrar forma de preservar esta riqueza da desgraça de incêndios florestais como o de 2013, que queimou grande parte do nosso baldio.

Constituindo cerca de 5% do território nacional, os baldios não podem ser ignorados, em particular quando se fala de floresta. Mesmo em pleno século XXI é preciso manter a marca rural nos baldios.

No Touro temos 2500 hectares de floresta, baldios, onde estão implantadas torres de produção de energia eólica, para onde se vão começar a implantar dois parques fotovoltaicos, num investimento de 49 milhões de euros, promovido por um fundo britânico. Aqui serão produzidos 84 Mw de energia limpa, num projeto com um tempo de vida útil de 30 anos e cuja remoção das estruturas ficou acautelado.

A totalidade da sua zona de implantação abrange uma área de cerca 82,3 hectares, dos quais aproximadamente 24,2 hectares serão ocupados por painéis fotovoltaicos.

Os trabalhos arqueológicos apenas apontaram o abrigo de pastor da Quinta da Viduinha, mas sem classificação oficial.

Há ainda um projeto de florestação, o projeto de Arborização dos Baldios, na zona do Fermério, prevê 536 hectares, sendo 53 de carvalho e 483 de pinheiro-bravo. Conjuntamente está prevista uma verba de 45 mil euros anuais, durante uma década, para preservação, proteção e limpeza da rede viária envolvente e toda a área de reflorestação.



## **Boa Sorte**

Numa outra candidatura foram conseguidos 360 mil euros para a limpeza de 160 hectares de floresta. A que se juntam os investimentos de particulares.

A Freguesia e os Compartes souberam trilhar caminho e causa comuns, gerindo o património de forma tecnicamente irrepreensível e deixando cá as mais valias. Constituíram uma Zona de Intervenção Florestal, criaram uma Unidade Local de Proteção Civil e uma equipa de Sapadores Florestais.

O António Rodrigues, o Zé Direito, o Hugo Soares e o Afonso Diniz, calcorreiam todos os dias as veredas da freguesia. A limpar, a vigiar, a proteger. Numa carrinha equipada com material de combate, incluída a torga, essa ferramenta multiuso que representa bem a ambição da Freguesia.

A equipa de sapadores florestais tem estado bastante empenhada na realização de trabalhos de limpeza e prevenção.

Há ainda a Unidade Local de Proteção Civil, orientada por Bruno Marques, um jovem de 35 anos que se serve de duas carrinhas, um tractor e uma retroscavadora para afastar o fogo e proteger as matas.

**Com estes investimentos soube o Touro manter esta ruralidade de cariz tradicional que é agora valorizada, sobretudo por aqueles que nos procuram em passeio e negócios.**

Os visitantes que demandam o Caldeirão, que passeiam nas matas do Covo ou que compram o trigo de ovos no forno comunitário bem o atestam.

Neste contexto, não surge com estranheza que o investimento na floresta seja alardeado, cumprido e procurado. A floresta cumpre o desígnio de desenvolvimento sustentável, gera alternativas e mantém essa identidade da gestão comunitária dos baldios. Que hoje não geram economia de subsistência, antes garantem a rentabilização dos espaços das serras, mantendo função ecológica e travando a degradação da paisagem, seja na Nave, seja nas margens do Covo. E mantendo esse carácter protetor do ambiente e das populações rurais.



**O baldio, que remonta ao século XIX, proporciona o pasto indispensável à manutenção das espécies pecuárias, em particular bovinos, ovinos e caprinos. É de lá que vem alimento e cama, carquejais e giestas, algum centeio. Lenha, carvão, madeira, mel e cogumelos. Cala e pesca.**

## Boa Sorte

Avelino Ferrolho, que foi presidente da Junta de Freguesia até 2009, onde cumpriu três mandatos, conhece bem a importância dos baldios na vida da população. Aos 79 anos, com 4 filhos, seis netos e três bisnetos, vê na floresta o futuro da Freguesia. Antigo militar da GNR, emigrado em França aponta a gestão dos baldios pela Junta de Freguesia como catalisadora de outras ambições. “O baldio foi lugar de pastorear o gado, de apanhar lenhas e matos para as camas do gado”. Foi no primeiro mandato, em 1999, que foi plantada a primeira mata, “no Barreiro”. Seguiu-se depois o Fermario, ao longo da Estrada Nacional 329, que delimita a freguesia e o concelho. Aponta os painéis solares e as eólicas como grandes contribuintes da riqueza da freguesia”. A floresta “é um rendimento, é de todos e é a grande riqueza do Touro”, afirma. Uma “grande fortuna que é preciso preservar e aumentar”. Foi com o rendimento gerado pelos baldios que “foi ampliado o campo de futebol e construídos os balneários”. Cinquenta e cinco mil euros de investimento, “a preços atuais”. Foi ainda a floresta que contribuiu para a construção do parque de merendas do Caldeirão e o parque de lazer da Pouca Feitosa.

O entendimento de Avelino Ferrolho encontra eco em Manuel Rebelo. Criador pecuário, com 3 filhos e 6 netos, é um dos membros da Comissão de Compartes, os cidadãos com residência na Freguesia a quem cabe administrar os baldios.



Foi por decisão da Assembleia de Compartes “que se entregou a gestão à Junta de Freguesia”. E esse “poder tem sido bem administrado, os baldios são do povo mas é preciso cuidar deles, promover a ecologia e o sustento”.

O baldio, recorda o criador, tem permitido “usufruir da natureza e da riqueza que esta gera”. “O pinheiro dá dinheiro”, conta Manuel Rebelo. Baldios que se estendem a Adomingueiros, onde os compartes plantaram uma mata que “financiou parte das obras da sede da Junta de Freguesia”.

Laurentino Amaral conhece bem o valor da floresta. Com 65 anos, um filho e dois netos, tem vindo a investir na floresta desde que regressou de França, onde esteve emigrado. Avicultor, começou a investir em matas em 2008 e ainda “não vendeu” qualquer árvore.

Eucaliptos e pinheiros que crescem, apesar dos interessados em comprar a madeira. Passarinho, Cadouço, Vale de João Mendes, Poça do Pastor ou Fonte Fria, são algumas das geografias onde reúne 23 hectares de floresta. E “tem mais projetos em curso” num trabalho que “não é fácil”. Limpar, cavar e plantar obrigam ao “uso de maquinaria, sobretudo máquinas giratórias”. A plantação é feita com um cubo, que vem do viveiro, “onde árvore está semeada e alimenta a raiz”. Um casulo para a planta resistir “à seca e esperar pelas chuvas”. Laurentino conta que antes de investir na floresta “estudou o assunto” e sabe que se deve reflorestar “antes das primeiras chuvas”. Catorze anos depois, deve cortar este ano as primeiras árvores. E comenta, orgulhoso, “eucaliptos que pesam bem 2 toneladas”. A 35 euros a tonelada do eucalipto, 40 a de pinheiro, o empresário afirma que é preciso “melhorar a aposta na floresta, mas antes tarde que nunca”.

Atualmente o baldio tem nova regulamentação, já não são tema de discussão pública e estão protegidos contra o flagelo dos fogos florestais.

O momento é de visibilidade, política e social, para os baldios e para esta Freguesia, sem nunca abandonar o diálogo com as instituições que intervêm na floresta, sem esquecer que é à Junta que cabe a gestão das propriedades comunitárias por delegação de poderes dos compartes. Uma alteração da lei, com 5 anos, que terminou com a submissão, desde 1958, ao regime florestal e à integração nos Perímetros Florestais. Tempos em que não se apanhava uma meda de mato, ou cortava um pinheiro.



É a Junta de Freguesia a entidade que melhor pode assegurar a gestão integrada dos baldios e a satisfação dos interesses gerais da população, afetando as receitas obtidas com a exploração dos recursos dos baldios em investimentos pensados também em benefício de todos os fregueses.

Ao mesmo tempo a atividade agropecuária continua a ser central na economia da Freguesia, que estuda formas de rentabilizar os produtos de exceção que saem do ecossistema florestal.

A manutenção da produção agropecuária extensiva beneficia indiretamente o sector do turismo e ajuda a salvaguardar a paisagem tradicional, o pastoreio, também ele responsável pela preservação desta riqueza.

E procura, agora que estão reunidas as condições, rentabilizar o turismo de natureza.

Sempre ouvindo o povo, os compartes e pensando a longo prazo.

A compartimentação da arborização é adaptada à pastorícia, com resinosas menos sensíveis ao fogo.



Uma floresta de uso múltiplo, com respeito pelos recursos florestais, história tão antiga quando a Freguesia.

A relação entre território, floresta e população é um dado adquirido no Touro e convive, em sã harmonia, entre tradição e modernização. A única diferença é que a Floresta está ordenada e gera rendimento que é aplicado na Freguesia.

As decisões políticas no domínio florestal não podem ser tomadas fora desta realidade, o do recurso ambiental que serve as populações, que o país ainda não remunera, mas que terá que pensar em formas de rentabilizar os serviços que o ecossistema florestal presta a Portugal.

E quero acreditar, preciso acreditar, que o meu filho terá dias de sol, que subirá às montanhas verdes e que nadará em rios azuis. Quando não isto não faz sentido nenhum porque seria uma imensa perda. Mas, diz-me o povo, o bom povo do Touro, que devo acreditar. E eu agradeço-lhes essa bondade.

# Homenagem a Monsenhor António Martins Teixeira, o Abade de Resende

Texto: Padre José Justino Lopes

**Recordo-o desde os meus seis anos quando nos preparou para a Primeira Comunhão. Recordo como a alegria se tornou uma aflição quando a Hóstia se colou ao palato numa boca seca desde a meia-noite do dia anterior com era o jejum eucarístico. Recordo-o a reger o célebre Orfeão do Touro na Missa solene celebrada, no Largo da feira de Barrelas, quando da passagem de Nossa Senhora de Fátima na vinda à Diocese. E recordo-o na sua Missa Nova com muitos padres que, no final, felicitaram o Orfeão de vozes masculinas e, sobretudo, pelo canto do 'Te Deum' com que encerrara a celebração.**

Depois foi pastorear a paróquia de Mós e Santo Amaro, no concelho de Foz Coa. Poucos anos depois, Cabaços e Baldos. Como eram admiráveis os ecos trazidos por um seminarista seu paróquiano. Tinha um espírito congregador. Dali, transferido para Paredes da Beira e Espinhosa. Na última quinzena de Agosto, passava-o com ele para ajudar a preparar as Comunhões – um ano em cada Paróquia. Partilhei da sua mesa e do seu trabalho

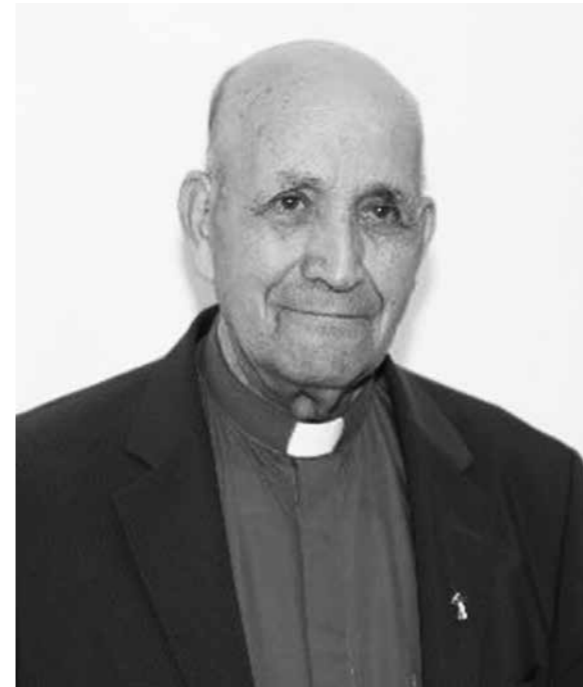
pastoral e, às vezes das suas preocupações. Como os jovens não podiam pagar colégios, começou a ensiná-los, na residência Paroquial e a propô-los a exame. Promovia quem estava longe dos estabelecimentos do ensino.

Em Setembro de 1967 foi nomeado Abade de Resende. Restaurou a Igreja, comprou uns rés-do-chão, no centro da Vila, que adaptou para capela e entregou ao CNE depois da construção da Igreja da Imaculada Conceição. Construiu o Externado que lecionava do Ciclo ao 12<sup>a</sup> ano. Era um verdadeiro pastor que congregava, promovia e alimentava com pregações, encontros, reuniões com os diversos movimentos. Aprendera no convívio com o seu padrinho e abade do Touro, o Cónego Alfredo Martins, gigante na fé, na promoção das vocações e no zelo pastoral.

Porque gostava de arejar ideias e observar ações pastorais, viajava por outros países. Antigos cantores do órfão souberam da sua presença, no Rio de Janeiro e convidaram-no para uma merenda num café da Tijuca. E perante um grupo tão numeroso, quiseram recordar dando um tal show de música polifónica que se juntou muita gente para ouvir e pedir bis.

O Monsenhor António Martins partiu para o Pai mas deixou um rasto de luz segundo alguns testemunhos colhidos entre muitos:

–“O nosso querido “senhor Abade”, como cari-



nhosamente o tratávamos era, para a maioria de crentes e não crentes, um homem ímpar, na sua jovialidade, no seu altruísmo, na sua bondade, na sua simpatia, no seu bom humor e, sobretudo, na sua preocupação pelo frutuoso anúncio do Evangelho. (...) Para mim, em particular, um Pai espiritual, o responsável pelo meu reencontro com Cristo, (...) espicçou –me para a descoberta vocacional rumo à caminhada em que me encontro” (dr. Eduardo Pinto).

–“Homem simples e popular, alegre e jovial, de espírito jovem, otimista e empreendedor, sempre à frente do seu tempo, entusiasta e inconformado que nunca se rende perante os obstáculos mas olha em frente e vai à luta. Dinâmico e serviçal, sempre com um profundo serviço de Igreja, servindo o povo de Deus em todas as circunstâncias, nunca perdendo de vista o sentido primeiro da sua missão de pastor – a salvação de todos. A sua simplicidade de vida de homem do povo, próximo de todos, sempre sorridente e alegre, contagiava a todos à sua volta. Vencia os problemas com um sorriso, enfrentava as dificuldades com o otimismo natural, criava empatia à sua volta, sempre jovem entre os jovens, disponível para tudo e para todos, esquecia-se da idade e fazia-nos esquecer dos problemas, sempre bem-disposto e serviçal para todos. Um testemunho de vida intenso de quem sabia valorizá-la como dom, doando-se até ao limite das suas

**“O nosso querido “senhor Abade”, como carinhosamente o tratávamos era, para a maioria de crentes e não crentes, um homem ímpar, na sua jovialidade, no seu altruísmo, na sua bondade, na sua simpatia, no seu bom humor e, sobretudo, na sua preocupação pelo frutuoso anúncio do Evangelho. (...)”**

forças e, às vezes, muito para lá delas. Ele sabia que as árvores morrem de pé e ele permaneceu de pé conosco” (P. J. Augusto Marques seu co-pároco).

–“O seu legado, a sua bondade e caridade permanecerá sempre no concelho de Resende e em todos os que com ele se cruzaram”. (da Nota da Câmara).

Caro conterrâneo, dos dezasseis padres que se ordenaram no Pastoreio do Cónego Alfredo, resto eu a aguardar também o chamamento. Até lá, lembre-me junto do Deus da Misericórdia.

# A família Lacerda, o Professor Doutor Aarão Ferreira de Lacerda Martins Teixeira

**“ O Touro foi berço irradiante de cultura ao mais alto nível. Temos de escutar o grito dos nossos antepassados na fé e na cultura pois “a fé que não se faz cultura, é uma fé não plenamente acolhida, nem inteiramente pensada, nem fielmente vivida”(João Paulo II) ,escreveu D. Alberto Cosme do Amaral.**

Do casamento do dr. Jozé Ferreira de Lacerda com Dona Cândida Soeiro de Almeida e Castro nasceu o filho Aarão, na freguesia do Touro concelho de Fráguas, “às quatro horas do dia três de Outubro de 1863 e foi baptizado pelas duas horas da tarde do dia 4 de Fevereiro de 1864”(Cfr. Reg. De Batismo de 1863).

Feitos os estudos preparatórios, matriculou-se em Matemática e Filosofia com intenção de seguir a carreira militar como o seu avô paterno, Jozé Mathias Ferreira e Silva, capitão-mor. Como aluno, “era dotado de invulgar capacidade intelectual. Fez render os talentos com que Deus o enriqueceu” (Luz na Montanha, 1995)).

O seu avô, ainda, tentou aliciá-lo com o bichinho da política sendo eleito deputado por Lamego. No Parlamento defendeu os interesses da lavoura duriense e da necessidade do ensino. Feito o mandato voltou-se para a cultura científica.

O “Jornal de Notícias” de 18 de Janeiro de 1921, ao noticiar a sua morte, resume o seu currículo:

–“Tomou capelo na Universidade de Coimbra, na Faculdade de Filosofia, depois de ter cursado Matemática, com ideia de seguir a carreira militar.

Aos vinte e três anos, era lente da Academia Politécnica, onde regeu a cadeira de Zoologia e, ultimamente, a de Geologia.

Transformando-se a Academia Politécnica em Faculdade de Ciências Históricas- Naturais, regendo há pouco ainda Geologia, Geografia, Física, Paleontologia e Cristalografia. (...)

Já depois de ter regido muitos anos a Academia Politécnica, formou-se em Medicina na Escola do Porto, fazendo um curso muito notável e brilhante”.

No “Dicionário Bibliográfico” de Inocêncio Francisco da Silva, lemos que a dissertação inaugural como lente da Universidade de Coimbra versou, “Equações Gerais da Termodinâmica” e, mais informa que foi, em “comissão, a Cambridge representar a Academia Politécnica do Porto na solene celebração do centenário do sábio Darwin”.



Para dar maior amplitude aos seus conhecimentos, fez também o Curso de Medicina com a mais alta classificação, apresentando um trabalho intitulado, “Breves Considerações sobre alguns casos de Paralisia Geral”.

Dissertou sobre a Paralisia no XV Congresso de Medicina que se realizou em Lisboa sendo muito apreciado pelos cientistas nacionais e estrangeiros. E apresentou uma comunicação sobre “Geologia Peninsular” no Congresso de Sevilha.

“Conhecia todas as descobertas do seu tempo: matemático, historiador, literato, artista, geólogo, médico, era um cérebro privilegiado e de incomparável cultura” (LM 1995).

Era um homem de muito trabalho; acumulava o ensino na Universidade com o exercício clínico no hospital. Nas poucas férias que gozava, atendia gratuitamente, os doentes que o procuravam.

Como curiosidade lembro que o nome Aaron “aparece onze vezes no Antigo Testamento e três no Novo Testamento e (...) significa Arca. Diga-se de passagem que Aaron é o termo com que

é designada a Arca da Aliança. (...) Estes dados comparados com os talentos que o prof. dr. Aarão fez render em alto grau, permitem-nos concluir que ele realizou, “servatis servandis”, o nome bíblico que lhe foi dado, neste caso, Arca da Ciência e da Sabedoria” ( Um Paivense in Luz na Montanha , Set. 1994).

”A sua nobreza de character, a altura do seu ideal, a aliança entre a ciência e a bondade, o seu espírito de justiça e doação. A sua simplicidade e humildade mereceram-lhe o apreço dos colegas e jovens estudantes e de tantos amigos que tiveram a felicidade de o conhecer” (LM1995)

Faleceu a 16 de Janeiro de 1921, aos 58 anos de idade, com exéquias na Igreja da Lapa a 18 do mesmo mês, tendo o elogio fúnebre sido feito, no cemitério, pelo dr Leonardo Coimbra. (Cfr. Jornal “A Tribuna” de 20/011921). O Presidente da República, dr José de Almeida, fez-se representar pelo Governador Civil, Ministro da Educação e toda a Universidade do Porto e todas as Associações Portuenses.

# Uma nota histórica sobre a nossa floresta

Texto: Professor Alfredo Pereira

**A freguesia de Touro é uma povoação que remonta ao período pré-romano, situada nas encostas da serra da Nave, a norte do concelho de Vila Nova de Paiva do distrito de Viseu.**

A serra da Nave revestida de giestas, urgueiras, urzes e tojos, foi no tempo do estado novo florestada com uma grande quantidade de pinheiro bravo que infelizmente foi gradualmente desaparecendo em consequência dos numerosos incêndios que ocorreram na região.

Nas margens do rio Côvo e junto aos pequenos ribeiros e linhas de água cresce o amieiro, árvore típica da freguesia, atualmente protegida pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e que em tempos antigos serviu para o fabrico dos eixos dos carros de bois e dos famosos tamancos usados pelos pastores e pelo povo em geral.

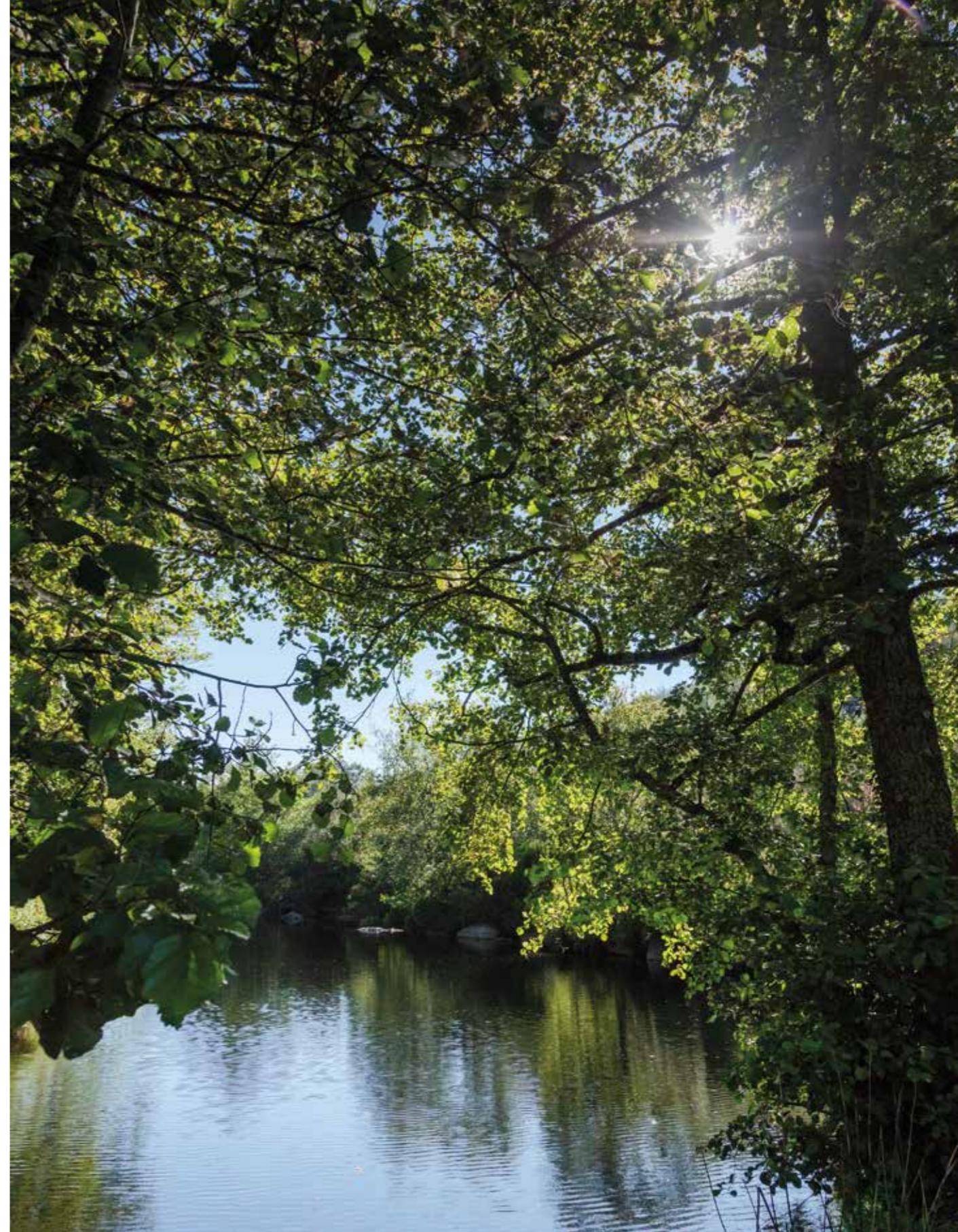
Tradicionalmente, as árvores de grande porte que mais se encontravam na floresta da freguesia, eram além do pinheiro-bravo já mencionado, o carvalho e o castanheiro. Para além deste panorama florestal, a serra da Nave estava pejada de rebanhos de gado bovino e caprino que de um modo geral faziam a limpeza dos arbustos espontâneos e do mato o que era na prática uma forma indirecta de prevenção contra os incêndios.

Hoje em dia, uma vez que a agricultura tradicional praticamente desapareceu em consequência da entrada de Portugal na União Europeia e da desertificação da freguesia, outros problemas emergentes se colocam como a questão da reflorestação.

Custa-me ver que na actualidade a povoação da freguesia do Touro tem apostado indiscriminadamente na florestação do Eucalipto, que é uma árvore originária da Austrália e que descaracteriza completamente a floresta típica da freguesia. Não sou de maneira nenhuma contra o Eucalipto porque entendo que os proprietários rurais também têm que rentabilizar as suas terras, mas as plantações desta árvore deviam ser devidamente planeadas e permitidas apenas em áreas pré-estabelecidas, de forma a termos uma floresta devidamente estruturada, organizada e diversificada, o que contribuiria também para uma redução considerável dos riscos de incêndio.

A floresta é um bem fundamental para toda a humanidade, tanto pelo facto de que contribui para a abundância de oxigênio como para o consumo dum parte considerável do dióxido de carbono, que está na origem das alterações climáticas e da crescente falta de água potável.

**Nas margens do rio Côvo e junto aos pequenos ribeiros e linhas de água cresce o amieiro, que em tempos antigos serviu para o fabrico dos eixos dos carros de bois e dos famosos tamancos usados pelos pastores e pelo povo em geral.**



# Tipologia Florestal da Freguesia de Touro

Texto: Helena Lopes

**A floresta portuguesa apresenta hoje uma extensão superior a três milhões de hectares, sendo o principal uso do solo em Portugal, ocupando mais de um terço do país, seguindo-se depois a agricultura. Freguesia de Touro – terra de agricultura e de floresta, onde o arvoredo desempenha um papel importante na medida em que assegura todos os processos biológicos do ecossistema, garante o fornecimento de materiais naturais, além do que permite a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes, através da criação de espaços verdes. Nos últimos anos tem-se verificado um decréscimo significativo na área plantada de pinheiro-bravo, contrariando o forte investimento por parte dos habitantes, na plantação de eucalipto devido ao seu crescimento rápido.**

**Atualmente a mancha de floresta da freguesia de Touro é composta maioritariamente por bosques de eucalipto, pinheiro-bravo e carvalho, zelando-se pela ecologia e conservação da natureza da nossa terra, preservando espécies antigas de pinheiro e carvalho e replantando novos exemplares.**

## **Eucaliptal:**

O Eucalipto (*Eucalyptus Globulus*), é uma espécie nativa da Austrália e uma das mais plantadas nos últimos anos na nossa freguesia, devido à sua fácil adaptabilidade a qualquer clima e à sua incessante procura, para a produção de papel, pasta de papel, madeira e lenha.

Após várias investigações, tem-se denotado que a plantação de eucalipto apresenta consumos excessivos de água, comparando com outras espécies arbóreas, o que justifica o seu crescimento acelerado.

Relativamente aos solos, esta espécie retém uma grande quantidade de nutrientes, pelo que, deve proceder-se à rotatividade dos solos com duração prolongada sob pena de empobrecimento dos mesmos.

## **Pinhal:**

O Pinheiro bravo (*pinus pinaster*), é a conífera mais predominante na freguesia, sendo uma espécie nativa do Sudoeste da Europa e Norte de África, facilmente adaptável a climas frios, com presença de geadas e igualmente adaptável à seca. Origina solos férteis e aráveis, contribuindo para produção de matéria orgânica capaz de gerar diversas espécies micológicas que fazem as delícias dos tourenses.

Esta árvore existe em abundância na freguesia, pelo papel socio-económico que representa, sendo também fator determinante na ecologia e na história de Touro. As suas carumas em tempo usadas para a cama das vacas e os seus troncos e raízes (“as tocas”) eram utilizados para as fogueiras nos Santos Populares e nas noites de Entrudo.

## **Carvalhal:**

O Carvalho (*Quercus pyrenaica*) é uma espécie autóctone portuguesa, facilmente adaptada a climas frios com queda de geadas intensas. Nas zonas mais húmidas, tendem a aparecer líquenes nos seus troncos, uma simbiose entre um fungo e uma alga que lhe concede uma cor acinzentada.

O carvalho é uma espécie nobre, de grande importância natural e cultural para a nossa freguesia.

As gentes mais antigas faziam uso das bolotas (o fruto do carvalho) para alimentar os animais domésticos.

Nos seus ramos tendem a aparecer umas pequenas saliências – os bugalhos, que parecem frutos, mas que dizem respeito a uma reação da planta à picada de um inseto, que depois se aloja no seu interior. Eram estes os brinquedos d’outrora.

No centro de Touro, é ainda possível avistar um carvalho antiquíssimo, centenário, que marcava o local das festas populares. Desta feita, a imponente árvore, herdou o nome de “Carvalha do Arraial” em memória deste local. Era lá também que os mais jovens se reuniam para os torneios de peão e petanca.

---

## **Fiador**

**Doutorado em biociências, professor na Escola Agrária do Instituto Politécnico de Viseu e um visitador frequente das Terras do Demo, onde tem desenvolvido vários projetos.**



Paulo Barracosa

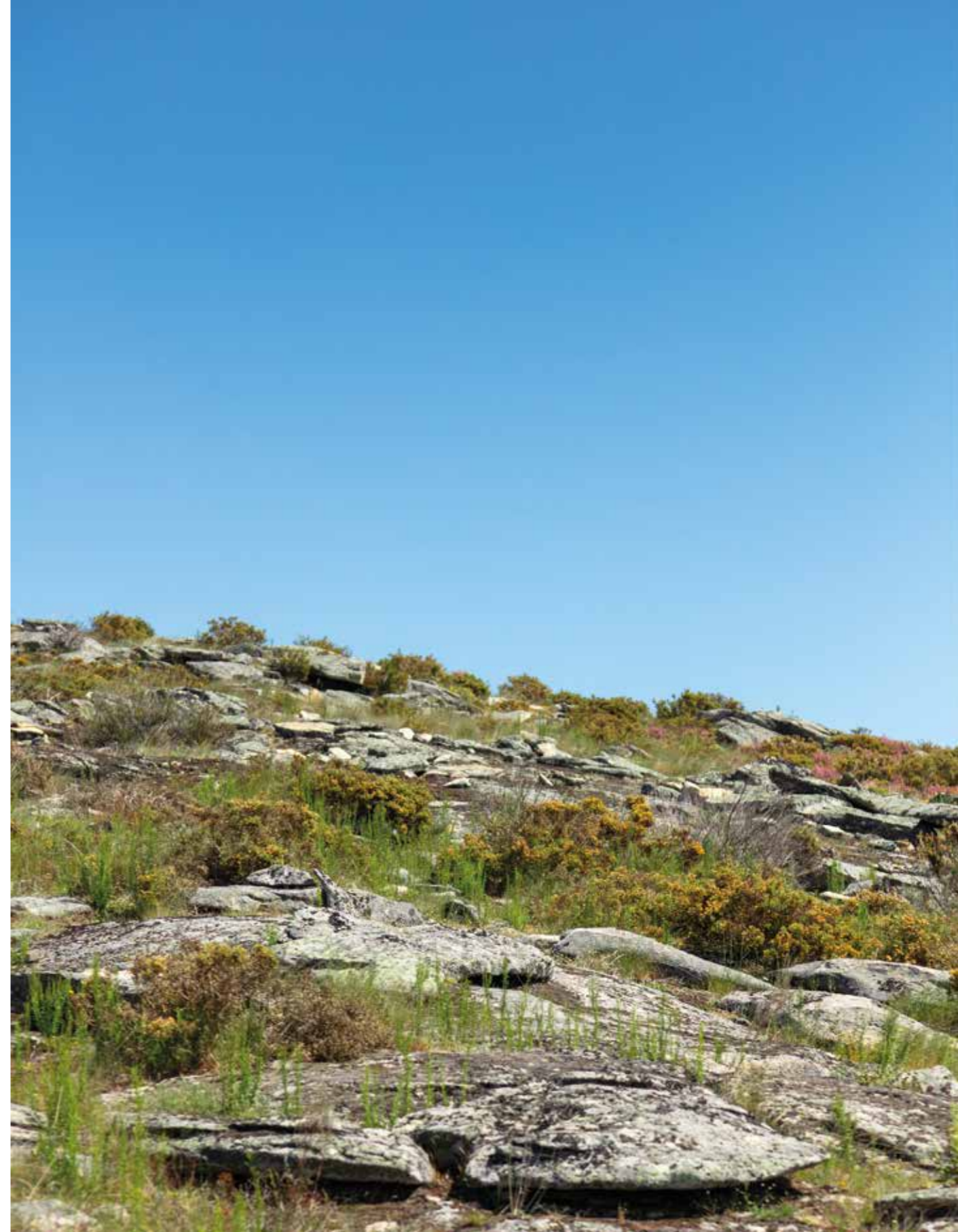
---

**A paisagem constitui um sistema complexo e dinâmico, onde os diferentes fatores naturais e culturais se influenciam uns aos outros e evoluem em conjunto ao longo do tempo, determinando e sendo determinados pela estrutura global e pelas estratégias e políticas de investimento.**

**Os baldios e a floresta constituem uma identidade das Terras do Demo, a propriedade comunitária, de uso comum. O país percebe a natureza desta forma comunitária da posse da terra?**

Não é uma casualidade o facto do autor Aquilino Ribeiro que apelidou as Terras do Demo no título do seu romance, em 1919, um território onde se enraíza uma região e o seu povo com identidades

e idiossincrasias muito próprias, ser o mesmo que em 1959, na obra *Quando os lobos uivam*, de Aquilino Ribeiro faz um retrato contundente, realista e incómodo para o regime, de uma revolta de agricultores contra a brutalidade e o arbítrio dos Serviços Florestais. Esta obra levou o Estado Novo a mover um processo judicial contra o autor tendo feito de Aquilino Ribeiro um dos mais importantes escritores contemporâneos e um opositor ao regime.



As circunstâncias que envolveram a publicação desta obra contribuíram para que as elites urbanas politicamente empenhadas tomassem consciência das continuadas ações de protesto contra a florestação dos baldios protagonizadas por grande parte da população que habitava as aldeias serranas do Norte e Centro do país. As movimentações e solidariedades suscitadas por Quando os lobos uivam enquadraram-se no confronto político entre as oposições e o regime, que estava particularmente aceso em finais da década de 50 e início da seguinte. Estes confrontos influenciaram as atitudes das oposições e dos serviços oficiais perante a “questão dos baldios”. A florestação poderia tornar-se o elemento que faltava para mobilizar as populações do Norte e Centro na “luta unitária” contra o Estado Novo. Assim parece ter acontecido, pelo menos em alguns momentos e locais.

No século XX, tornou-se mais nítida a contradição entre as perspectivas para aproveitamento dos baldios. De um lado, o estado que desejava exercer uma jurisdição efetiva sobre esses “territórios de liberdade” e retirar daí o maior rendimento possível. Promovia-se a florestação como forma de afirmação de poder administrativo, económico e político. A ação do estado assentava em inquestionáveis vantagens dos novos métodos científicos e do aumento da rentabilidade económica do solo. Do outro, os habitantes das aldeias que tinham recebido em herança centenas ou milhares de hectares de serra que rodeavam a povoação e dos que tiravam bens essenciais à manutenção da economia doméstica. Os argumentos da população valorizam os “usos tradicionais” e a necessidade de garantir a reprodução das comunidades como até aí. Alguns confrontos entre interesses contraditórios verificaram-se em vários pontos do País em períodos anteriores, mas foi quando o Estado Novo, entre os anos 40 e 60, assumiu a florestação dos baldios como tarefa inadiável que os protestos da população aumentaram.

Durante o Estado Novo a intensidade das ações de contestação anda a par com o ritmo de execução da política florestal. Dos anos 30 aos 60, o regime desenvolveu um programa de florestação sistemática de aproximadamente meio milhão de hectares de terrenos “maninhos” que se distribuíam desigualmente pelos distritos do Continente. Cerca de 60% repartia-se por quatro distritos: Vila Real (138 mil hectares), Viana do Castelo (80 mil ha), Bragança (72 mil ha), Viseu (72 mil ha). Nos anos 40 florestaram-se cerca de 40 mil hectares e nos



anos 50 mais de 130 mil hectares. No total, de 1939 a 1960 florestaram-se 190 mil hectares.

Desde o início da intervenção do Estado, a florestação tem dois objetivos, nem sempre conciliáveis. Para os técnicos, florestar era antes de mais deter a “delapidação do património fundiário” decorrente da forma como as populações utilizavam aqueles terrenos. Os engenheiros silvicultores consideravam que a recolha de lenhas e matos, as queimadas e a pastorícia tinham destruído a floresta primordial e continuavam a impedir a regeneração do solo e da cobertura vegetal. Esta era uma das posições que os técnicos portugueses partilhavam com os defensores da “floresta científica”, que desde a segunda metade do século XVIII se desenvolveu na Alemanha e influenciou as políticas florestais em diversos países e que, sobretudo desde os anos 80, tem sido muito criticada.

Para os responsáveis pelos organismos estatais (Direção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, Ministério da Agricultura/Economia, Presidência do Conselho) florestar significava primeiro que tudo criar mais riqueza. Com o maciço aumento da produção de madeira desenvolver-se-iam indústrias de transformação dos produtos da floresta

(resinas, mobiliário, construção civil, celulose), contribuindo para o alargamento de um sector que poderia potenciar e fazer crescer a economia portuguesa.

A capacidade de resistência às adversidades naturais e as vantagens económicas do pinheiro estavam há muito comprovadas tanto em Portugal como em Espanha onde também foi abundantemente utilizado. Estas características deixavam aos silvicultores pouco espaço para repovoar com espécies autóctones ou mais adequadas ao meio ambiente (como carvalho, castanheiro, sobreiro) mais caras e frágeis e de crescimento menos acelerado.

As cabras eram uma ameaça para as pequenas árvores e os Serviços Florestais defendem sempre a sua proibição que eram sentidas como uma afronta aos interesses económicos e ao prestígio dos habitantes das aldeias. Ainda que raramente se fizessem queijos, as cabras garantiam pelo menos uma cria para vender no início do Verão e bom estrume para as leiras cultivadas. Como em algumas aldeias as cabras alimentavam-se exclusivamente no baldio e não havia limite para o número de animais que cada casa podia ter, mesmo quem tinha pouca

ou nenhuma terra de sementeira podia possuir um grande rebanho. Os caprinos não podiam ser substituídos por ovinos, mais tolerados pelos SF, uma vez que o estrume é de pior qualidade e são mais seletivos nos pastos. Para os menos abastados, o tamanho do rebanho era um dos poucos motivos de orgulho, que fortalecia a identidade da casa e significava uma fonte garantida de rendimentos.

Os terrenos baldios entende-se, segundo a noção legal avançada pela Lei 75/2017, com longa tradição, os terrenos com as suas partes e equipamentos integrantes, possuídos e geridos por comunidades locais, constituindo, “em regra, logradouro comum dos compartes, designadamente para efeitos de apascentação de gados, de recolha de lenhas e de matos, de culturas e de caça, de produção elétrica e de todas as suas outras atuais e futuras potencialidades económicas, nos termos da lei e dos usos e costumes locais.”

No romance Quando os Lobos Uivam na qual o escritor Aquilino Ribeiro fez uma defesa apaixonada do baldios narrava-se como em finais da década de 1940, o “senhor engenheiro Lisuarte Streit da Fonseca”, funcionário do Serviços Florestais, iludia os aldeões com a riqueza que lhes traria a planta-

ção dos pinhais se eles cedessem as suas terras comunitárias: “Dentro de vinte, trinta anos, a região, que é pobre, com o trabalho do pinhal, derrubadas, serrações, gemagem, transportes e alimpas, terá aqui uma fonte apreciável de receitas e a ocupação certa de muitos braços...”.

60 anos depois do aviso de Aquilino Ribeiro há um arsenal jurídico que defende melhor os direitos dos cidadãos. A questão é saber se o povo conhece esse arsenal.

A questão da dimensão das áreas dos baldios como a vantagem de poderem ser definidas estratégias integradas de maior alcance. Favorecer o fortalecimento dos interesses, organizações e instituições, onde se incluem os baldios que possam estar empenhados num modelo territorial e que possam constituir uma alternativa à tradicional visão agroflorestal do espaço rural.

A forma como são definidas e monitorizadas as estratégias de investimento pelos compartos e consequentemente a definição dos investimentos decorrentes do retorno económicos provenientes das produções ou concessões.

**Ou são atendíveis algumas críticas que se ouvem de que este tipo de propriedade é anacrónico, que já não corresponde aos tempos modernos, que já não faz sentido?**

O essencial da caracterização definitiva da propriedade baldia mantém-se no tempo presente, mutatis mutandis, tal como aí fora desenhada, não podendo, no todo ou em parte, ser objeto de apropriação por terceiros por qualquer forma ou título, incluindo por usucapião, bem como que os atos ou negócios jurídicos de apropriação ou apossamento, por terceiros. Independentemente de qualquer questão ideológica que tais discussões podem ocultar, vivendo tempos em que tanto se discute a re-organização da propriedade rural, nomeadamente silvícola, votada muitas vezes ao aparente abandono ou descaso da pesada máquina estatal, com consequências dramáticas a que recentemente se assistiu, se poderá procurar promover a organizada administração local por parte das suas comunidades, melhores conhecedoras da sua realidade, interesses, morfologias e fertilidades.

Os créditos que da sua boa administração podem resultar constituem um incentivo à boa racionalização dos meios de produção e aproveitamento planeado das potencialidades locais, e permitem o seu re-investimento a favor dessas comunidades, e.g. em infraestruturas, redes de acesso e sua

**“Dentro de vinte, trinta anos, a região, que é pobre, com o trabalho do pinhal, derrubadas, serrações, gemagem, transportes e alimpas, terá aqui uma fonte apreciável de receitas e a ocupação certa de muitos braços...”**

AQUILINO RIBEIRO,  
Quando os lobos uivam.

conservação ou equipamentos culturais ou sociais, através de receitas próprias e em empresas orientadas às específicas necessidades comunitárias e definidas autonomamente, que doutra forma seriam difíceis de obter ou definir, com óbvias repercussões que excedem a escala vicinal.

No entanto, o não aproveitamento das suas potencialidades pode levar à sua extinção, com perdas significativas para todos. Seguramente culturais, olvidando-se um intemporal uso histórico e de longa tradição; mas também económico-sociais, como instrumento possível de ser utilizado para a melhor administração comunitária.

**Os recursos dos baldios continuam a servir o desenvolvimento sustentado desta região?**

À gestão dos baldios são colocados novos desafios que importa refletir à luz das novas políticas e estratégias onde a energia e o ambiente confluem numa área setorial considerada determinante.

A paisagem dos baldios integra o património natural e cultural, contribuindo de uma forma marcante para a construção das culturas locais e para a consolidação da identidade, sendo também um elemento fundamental na qualidade de vida das populações. Definir e pôr em prática políticas de



paisagem visando a sua proteção e gestão. Implementar processos que possam ser monitorizados e auditados de forma transparente de participação das populações, das autoridades locais e regionais, e dos outros atores que possam ser implicados na conceção e aplicação de políticas para a paisagem dos baldios.

A paisagem constitui um sistema complexo e dinâmico, onde os diferentes fatores naturais e culturais se influenciam uns aos outros e evoluem em conjunto ao longo do tempo, determinando e sendo determinados pela estrutura global e pelas estratégias e políticas de investimento. A compreensão da paisagem implica o conhecimento de fatores como a litologia, o relevo, a hidrografia, o clima, os solos, a flora e a fauna, a estrutura ecológica, o uso do solo e todas as outras expressões da atividade humana ao longo do tempo, bem como a compreensão da sua articulação, constituindo uma realidade multifacetada.

Para além das suas características e complexidade intrínsecas, a paisagem tem também uma componente percetiva e emotiva, que fundamenta o seu papel de relevo na construção da identidade local. Este papel da paisagem já foi destacado por escritores como Aquilino Ribeiro ou investigadores como o geógrafo Orlando Ribeiro, ao afirmar que a paisagem de hoje, correspondendo a um produto do passado, constitui um registo da memória coletiva, tornando-se um elemento de identificação cultural, que se atualiza permanentemente.

As Terras da Demo caracterizam-se, entre outros fatores, pela diversidade e riqueza de recursos endógenos em articulação com os recursos naturais, enquanto fatores estratégicos de diferenciação e afirmação competitiva, com potencial de valorização pela autenticidade e identidade com que a região se projeta nacional e internacionalmente. A centralidade e a diversidade desta região no País que deve ser aproveitada pelos diversos setores

individualmente, mas acima de tudo pelas sinergias que podem ser criadas.

Estruturar uma estratégia de desenvolvimento turístico regional que possa conciliar a valorização económica com a preservação dos recursos naturais, do património edificado e da autenticidade das tradições e vivências das comunidades.

Promover um marketing territorial suportado na marca Terras do Demo associado às atividades agrícola, florestal e alimentar e às memórias associadas. Promover a vocação turística em aldeias históricas e encorajar restaurantes, turismo-rurais para o consumo de produtos em proximidade com identidade que traduzam os sabores e memórias destes territórios, da sua cultura e das suas gentes.

Em termos de políticas agroflorestais, importa conhecer os mecanismos relacionados com a floresta de produção versus floresta de conservação, ambas relevantes na região das Terras do Demo. Redescobrir sistemas agroflorestais tradicionais vulneráveis e em declínio, ao mesmo tempo que se promove a inovação no desenvolvimento de novos sistemas. Duas ações que se querem necessariamente concertadas, tendo sempre como função multiobjectivo a produção sustentável, a viabilidade económica das explorações agroflorestais num contexto de mercado europeu, e o potenciar dos serviços de ecossistema resultantes da atividade do setor. Existe ainda a Rede Natura 2000 que representa uma área com expressão no território das Terras do Demo assumindo-se como uma grande valia na função de corredor ecológico e preservação da biodiversidade, que se deve articular com as unidades de paisagem e com as áreas de produção agroflorestal criando mosaicos de paisagem que possam limitar a criação de manchas contínuas de grande extensão que possam condicionar o equilíbrio dos ecossistemas e amplificar os riscos de incêndio.

As estratégias adotadas no setor agroflorestal para além das questões específicas de rentabilização económica relacionadas diretamente com o setor devem articular-se com as atividades de turismo e património histórico, cultural e ambiental com o objetivo de criarem sinergias que possam promover a fixação e melhoria de condições de vida das populações.

Importa, ainda, considerar um conjunto de setores, e respetivas políticas e programas de apoio, associados às dinâmicas agroflorestais, como a caça, pesca de interior, recursos silvestres (em

económicas relevantes, como os cogumelos, plantas aromáticas e medicinais, resinagem, apicultura, extração de bioativos com aplicações nas mais diversas áreas, entre outras).

O flagelo dos incêndios florestais, obriga à definição de políticas de gestão da floresta e de combate aos incêndios onde se podem incluir mecanismos relacionados com a atividade da pastorícia, em particular ao nível dos pequenos ruminantes e das atividades económicas associadas (e de grande valor económico e social), pelo papel que podem ter no controlo de matos e na manutenção de ecossistemas e da paisagem. A pastorícia, essencial na gestão dos sistemas agro-pastoris, é um bom exemplo do efeito negativo de se pretender manter estes sistemas tal como existiam antes da revolução dos fertilizantes, quando é claramente necessária a valorização do pastoreio através do pagamento dos serviços de ecossistema que presta, assegurando a sustentabilidade da gestão dos valores ambientais e sociais que se pretendem manter. A recente instalação de uma queijaria na região, com investimento da ADDLAP pode constituir um marco para a criação de valor no território através da produção de um produto endógeno que possa vir a ser aliçado na marca Terras do Demo e nos recursos naturais e pecuária desta região.

Os recentes mecanismos de valorização dos serviços dos ecossistemas, desempenham um papel importante na conservação da natureza, da paisagem e na remuneração de serviços usualmente

## **A região precisa de uma política dirigida à gestão da biomassa florestal que será uma das formas de reduzir a carga combustível e o risco de incêndios.**

prestados por este setor, e que poderão incentivar a inovação e a fixação de população. Neste particular o setor agroflorestal promove um conjunto de serviços dos ecossistemas e externalidades positivas nomeadamente em relação à questão da água e regulação do balanço hídrico, eficácia do (re)aproveitamento dos nutrientes, manutenção da fertilidade e consequente sequestro de carbono, redução da lixiviação, mitigação do risco de incêndio, contributo para a criação de refúgio de biodiversidade e ainda o seu valor paisagístico intrínseco que devem ser reconhecidos e subsidiados.

O apoio a cadeias de valorização e transformação de produtos agroflorestais, desde a produção até ao mercado, bem como os associados à produção de energia a partir de biomassa. Deverão ser estimulados processos inovadores associados a novos produtos, à utilização de resíduos agroflorestais, e à interação entre setores, de modo a potenciar novos usos e de forma multifacetada numa lógica de economia circular fomentando sinergias com o ecossistema industrial em proximidade.

A região precisa de uma política dirigida à gestão da biomassa florestal que será uma das formas de

reduzir a carga combustível e o risco de incêndios. A gestão de biomassa para a produção de energia ou outras abordagens relacionadas com a economia circular será determinante para uma boa gestão e ordenamento da floresta. Em acrescento, é preciso criar estratégias que tragam mais atividade económica para a floresta e promovam a diversificação da mancha florestal. Sem atividade económica e geração de riqueza não se irá conseguir gerir convenientemente a paisagem e as diversas políticas florestais que têm vindo a ser definidas.

As políticas florestais como são tradicionalmente mais de índole nacional, permitem maiores oportunidades de se conseguirem instrumentos e medidas mais ajustadas para a região, desde que haja capacidade de reivindicação.

Relativamente ao ordenamento do território, é crucial analisar e compreender o impacto das estratégias, políticas e regulamentos, bem como dos programas e ações em curso, com o objetivo do futuro desenvolvimento agroflorestal. A articulação com entidades de ensino superior e investigação e o recurso a soluções apoiadas na tecnologia mais atual deve ser equacionada e integrada da forma





mais eficiente, numa lógica de serviços de extensão agroflorestal, nas opções de gestão e valorização dos recursos.

Estão identificados os problemas ambientais que teremos no futuro e que serão tipos em conta na elaboração do PEPAC e para o qual o setor agroflorestal se terá que mobilizar e encontrar as ferramentas e as estratégias adequadas para dar resposta.

- as alterações climáticas, cujo combate irá implicar a adoção de medidas adequadas quer de descarbonização (mitigação e sequestro), quer de adaptação;

- a degradação dos solos agrícolas e florestais em consequência quer dos seus baixos teores de matéria orgânica, quer dos respetivos riscos de erosão;

- as disponibilidades de água para as plantas em quantidade e qualidade adequadas, as quais irão ser influenciadas negativamente quer pelos menores volumes de água das chuvas e uma sua maior irregularidade ao longo do ano, quer pelos aumentos de temperatura que irão provocar uma redução da água nos solos e uma maior evapotranspiração das plantas;

- da qualidade da água pela sua potencial contribuição para a redução da lixiviação do azoto e do fósforo decorrentes dos modos de produção convencionais;

- da qualidade do ar decorrente das emissões de gases poluentes resultantes da atividade produtiva;

- das perdas de biodiversidade resultantes quer do abandono, quer da intensificação dos sistemas de ocupação e uso dos solos agrícolas e florestais;

- da degradação das paisagens agrícolas, também ela decorrente quer do abandono, quer da intensificação no uso dos solos agrícolas.

É, hoje em dia, consensual que os sistemas agroflorestais, se forem geridos de forma sustentável, podem providenciar diferentes tipos de serviços de ecossistema com grande relevância para a sociedade por contribuírem para a resolução dos problemas ambientais referidos.

- Os serviços de regulação climática que poderão resultar quer do aumento do teor de matéria orgânica do solo e, conseqüentemente, da melhoria da sua capacidade de sequestro de carbono, quer da redução do risco de incêndios com a sua contribui-

ção para a resolução de emissões de CO<sub>2</sub>.

- Os serviços de proteção dos solos indispensáveis para o controlo da erosão.

- Os serviços de regulação do balanço hídrico e da retenção de nutrientes com os efeitos positivos daí decorrentes quer para a disponibilidade de água, quer para a sua qualidade.

- Os serviços de biodiversidade quer funcional, quer emblemática, capazes de desempenhar funções ecológicas importantes e de elevado valor cultural.

- Os serviços associados com a promoção das paisagens agrícolas e florestais de forma a assegurar quer a sua continuidade ecológica, quer a manutenção do seu valor cénico e cultural. Para que estes diferentes tipos de serviços de ecossistema sejam providenciados pelos sistemas agroflorestais, vai ser indispensável, não só a adoção por parte dos respetivos agentes económicos de uma gestão sustentável das suas diferentes componentes vegetal, animal e florestal, como também um conjunto de medidas de política capazes de incentivar a sua adoção generalizada.

**Já não é só o pastoreio, as lenhas, os cogumelos, a apicultura, a resina que, entretanto, regressou a estas matas comunitárias. Temos as eólicas, os parques solares que pagam rendas que são reinvestidas nos territórios. São compatíveis estas atividades?**

**No Touro vão-se arborizar os baldios do Fermério, são 536 hectare de floresta, 53 de carvalho e 483 de pinheiro-bravo, num projeto de 1,7 milhões de euros. Um fundo britânico vai investir 49 milhões de euros na freguesia de Touro, para construir duas centrais solares, havendo um prazo de vida útil de 30 anos. Corremos o risco de trocar árvores por vidro e alumínio ou estas atividades podem ser compatíveis?**

Não acredito que esta nova fâcies seria a que Aquilino Ribeiro alvitrava para as suas Terras do Demo.

“Mas os montes que ao longe parecem irreduzíveis em sua braveza, vistos ao pé convencem-nos que mediante umas tantas jornadas de enxada ou jeiras de arado se lhes poderia imprimir outro fâcies. Eles já o tiveram abundante e luxurioso, feito do belo roble da Lusitânia, do castanheiro, do freixo, da faia, no empo das orcas e ainda das citânias.

Depois disso as guerras, com inevitáveis incêndios ateados pelas invasões e as lutas da reconquista, devastações forçadas umas e espontâneas outras, ceifaram o arvoredado que fizera a riqueza e formura da terra, a ponto de os montes ficarem despojavados e adquirirem este ar triste, inútil e revoltado dos mendigos castelhanos. A erosão, acentuada por temporais temíveis, esses velhos e já saudosos temporais da nossa atmosfera, que arrastam pontes e moinhos, acabou por pelas os outeiros”.

Esta é uma descrição estilizada de Aquilino Ribeiro sobre a evolução histórica das paisagens que hoje se oferecem para um cenário de futuro forçado pela lógica do renovável e dos lóbis da energia. Substituímos a fixação do carbono pela acumulação de energia e só o futuro ditará o sucesso da opção tomada. Recordo que estes montes têm vindo a ser delapidados não só do património natural como também mineral, desde os muros de pedra que foram envaidecer as vivendas castelhanas às jazidas minerais que acabaram por não trazer o devido retorno prometido, existindo também um plano de recuperação e investimento que não foi por diante. O território e as suas gentes saberão fazer as escolhas assentes na lógicas de futuro sem esquecerem a história do território e a memória coletiva.

**E o usufruto das florestas para o lazer seja a caça e a pesca, desporto, caminhadas, é aspeto a ter em conta? Relembro a ‘Rota do Caldeirão que contorna parte do perímetro florestal da freguesia de Touro.**

A aposta na atratividade através da criação de elementos que valorizem o património natural não têm sido acolhidos no território. O Parque Arbutus do Demo é um dos exemplos e sobre o qual já muito falámos. Recordo-me dos passadiços sobre o rio Pavia um projeto pensado e projetado para este território quando ainda não se falava em passadiços. Sabemos agora que é uma fórmula de sucesso e que mesmo ao lado no perímetro florestal de Vale Cavalos parece estar a ter um enorme sucesso. As opções estratégicas têm que ser tomadas sob ponto de vista político e uma vez tomadas em consonância com o interesse dos territórios e das suas populações têm que dinamizadas envolvendo em parcerias as instituições que possam dar resposta aos objetivos a que se propõem.

# Outeiro Maior

Jorge P. Lages in "Rimas de Outrora", edição de 1995

Outeiro Maior  
Meu quadro de Rúbens,  
C'roadado de sol  
Vestido de nuvens!...

Que belo tu és,  
Dos Montes, ó pai...  
Lembrando Moisés e o Monte Sinai

Teu manto virente,  
A escuro bordado,  
É húmus p'ras terras  
É cama para o gado

Solene e altivo  
Em Curva suave,  
Tu és o orgulho  
Da Serra da Nave...

Muralha telúrica  
Aos ventos do Norte,  
Que trazem nas asas,  
O beijo da morte.

Em noite de sonho  
'Strelada a primor  
Tu beijas nos céus  
A Ursa-Maior...

Na Quadra Formosa  
Alegras-te, em festa,  
Nas flores da urze  
Do tojo ou da giesta

Outeiro Maior,  
Teu dorso gigante  
Tem pepitas de ouro  
Ao sol do Levante

Mil pepitas de ouro  
Em galas de arrojo  
Na flor da carqueja  
Das maias ou tojo...

Em tempo de gelo,  
De Inverno a rigor,  
Não teme o sincelo  
O Agricultor

Demandando a serra,  
Contente e feliz  
- Geadas as mãos,  
Pingando o nariz,

Lá vai para a Serra  
As vacas guiando...  
Regressa à tardinha  
O carro chiando

# “Outros mundos além”

**Custódia Custódio, 92 anos,  
3 filhos, 7 netos e 6 bisnetos**

**Gracinda Custódio, 89 anos,  
3 filhos, 6 netos e 4 bisnetos**

Nasceram na Póvoa, onde granjearam sustento e casa. Hoje continuam a partilhar vida, no lar da Associação do Alto Paiva, mas as memórias estão lá. Em sintonia, uma completando a outra, numa vida de lavoura e de terras ao ganho. Arrendadas. “Não havia dinheiro para comprar terras, então íamos ao ganho”, explica Gracinda.

O ganho era uma parceria, entre o dono das terras que recebia renda e uma quota da parceria.

Conta Custódia que quando casou “não tinha nada, e pegou numas vacas ao ganho”

Costume antigo, do tempo dos Filipes em que os animais “eram guardados e pastados, ao fim de algum tempo, partilhava-se o ganho”, ou o lucro”.

Mas “era trabalho duro, íamos pelos pinhais, roçar mato para a cama dos animais”. E nos outros dias a lavoura. “Milhos, centeio, batatas, cebolito e alfaces, para consumo da casa”. Quando havia acrescentos, era nos dias da Feira de Barreiras que se ganhava “algum dinheiro. Apanhávamos a carneira para a Vila e íamos vender o que a terra dava”. No regresso, “as mercearias

Gracinda, mais reservada, ainda se lembra da “dureza daqueles tempos, os filhos pequeninos atrás, nós a sachar o centeio”.

Da Póvoa para Peva, a pé, “para não alugar um carro de praça”. Por lá “também se fazia vida, era mais perto”. No horizonte a rudeza dos terrenos, uma aldeia determinada pela pobreza natural em recurso, uma agricultura de subsistência e árdua.

Na casa, “a sopa, as batatitas e o porquito” garantiam manutenção. Mas “não se comia carne todos os dias”.

O desenvolvimento da agricultura, que não medrava o suficiente, as vacas e as juntas que ajudavam no trabalho rural, o sonho de uma “vida melhor”, como desabafa Gracinda, fizeram o

resto. Dos “terrenos fracos”, desse tempo ficou um “pinhal pequenino”, que ainda serviu para pagar as exéquias, quando ficou viúva”.

Custódia ainda foi “pela Suíça ter com os filhos”, em visita e voltaria à Póvoa.

Uma das netas de Custódia, “sabe falar línguas, quis ver outros mundos além, casou pelo civil e está na Austrália. É do mundo”. Mas não esquece a avó, nem a tia. “Já me veio visitar”. De Gracinda, os filhos ficaram na França. De Custódia, uma das netas “casou com um suíço e por lá ficou não querem trabalhar aqui no campo”.

Dos filhos “um ainda está na Suíça”.

Na Póvoa está uma neta, que mantém a herança na origem.

**“(…) era trabalho  
duro, íamos pelos  
pinhais, roçar  
mato para a cama  
dos animais”**





**“Ainda não parei”**

**Antônio Salvador, 87 anos,  
6 filhos e seis netos**

Antônio partiu cedo do Touro. Na casa da família era a agricultura que ditava a jorna mas a tropa cedo levou o Tourense a dobrar o equador.

Alistado no Regimento de Infantaria 14, acabou por seguir comissão na vida militar.

Com Antônio são “alistados mais dois homens, um da Cerdeira e o Amílcar do Viduinho”.

Mas só Antônio segue para o Índico. Na década de 50 dos anos 20, Antônio foi “mobilizado para a Índia”. Um dos 8 mil soldados nos territórios de Goa, Damão e Diu. Saído da casa paterna, foi longa a jornada.

Para Lisboa, “de carreira, parava em todo o lado”. Incluindo em Fátima. Uma prece, o desconhecido para lá do Cabo Bojador, “um mundo novo e desconhecido à espera”.

“Foi um mês de viagem, de navio”, recorda, já “perdido nos anos”.

Embarca para a Índia num dos primeiros contingentes militares, a bordo do “navio Niassa”.

Da viagem, lembra, “comer e dormir”. Paragens na Madeira e em Angola e a descoberta de uma colônia “pequenina, muito pobre”.

Em Goa, no então Estado da Índia Portuguesa, “ficou adido à Guarda” Fiscal, que então mantinha 250 homens no território.

O quotidiano envolvia “rondas e patrulhas, noite e dia”. O tempo livre, “era pouco e não havia muito que ver”. Entre quartel e licenças, passaram dois anos, “após os quais regressa ao Touro.

Com 3 vacas, “começa a lavar os terrenos, o mesmo que fazia antes”. Dos pinhais, “que para aí estão”, trazia lenha e mato.

A trabalhar com o irmão, as vacas a dar sustento, a terra cereal e legumes. Milho, couves e salada. “Se sobrasse vendia”, conta, entretido na rua da Lameira. Vender “era na Feira de Barrelas”. A lavoura “já acabou”. O “carro das vacas foi arrumado” e lá está na loja, por baixo de casa.

Mas dos pinhais ainda trata. “Ainda não parei”, desabafa.

E não esquece a floresta. E hoje, “cansado de uma vida de trabalho”, tem os filhos em França e vê “o progresso da aldeia”. E mantém “amor pelas árvores”.

“Nos carvalhos, nos amieiros junto ao rio, nos pinhais que se plantaram. Uma riqueza”, remata, contemplando, ao longe, “o verde da floresta”.

*Tear da memória*

# “Duro, 51 anos a esgalhar”

**José Rebelo, 75 anos,  
4 filhos, 2 netos**

José Rebelo ainda mantém o sotaque de quem cedo emigrou para França, um destino comum do bom povo do Touro. À época os pais “tinham 5 vacas, a agricultura dava alguma coisa, batata, milho, centeio, trigo, feijão para casa”.

Até aos 24 anos trabalhou “lado a lado com os pais, mas a emigração foi mais forte”.

Em 1970 a então namorada, “e futura mulher, já tinha ido”. O amor falava mais alto, o sonho de “uma vida melhor” também.

E, como tantos, partiu para França. E, mal chegado, “a Anne-cy, casou logo”.

No departamento da Alta Saboia, entre o Ródano e os Alpes, “é uma zona industrial, só dinheiro rapaz, mais de 800 fábricas”.

“Os franceses estão contentes com os portugueses, trabalham e foi fácil arranjar sustento”.

Mas não esquece. “Foi duro, 51 anos a esgalhar”, solta com um suspiro, chapéu na cabeça, olha retrospectivo, iluminado pelo sol do dia. “Trabalho não me faltava”, recorda.

Foram 24 anos nas fábricas, “de cromagem, a fazer peças”. E mais 27 da construção civil, “no batimento, com o maço”, explica, referindo-se à cofragem. Também assentou blocos. “Fazia as duas coisas”, antes de se dedicar aos muros metálicos.

Afadigado a “cuidar da horta e do jardim que tem nas traseiras” da casa, reconhece que o Touro está melhor. E também ele “deita olho à floresta, granjear a terra”.

“Rendimento para a terra, a Europa precisa de muita madeira, para a construção e mobiliário e o Touro pode ter um grande interesse e ganhar com os pinheiros e os eucaliptos”.

“E nas temporadas que está em Portugal”, às 7h45 “toma o café” e vai pelo Caldeirão, na “companhia do amigo Avelino”. Mas primeiro a ida à Igreja, “hábito” que mantém e onde cuida do altar e das flores.

De França “percorreu tudo: Leon, Nice, Besançon”. E mantém, como tantos, as idas e as vindas. “Tenho lá um apartamento e os netinhos”.

A vida “é cá e lá, mas gosto disto aqui, quem viu isto há 50 anos, as pessoas não conhecem a Freguesia, está desenvolvida”.



Burel, a revista do Touro (magazine da Freguesia do Touro) é uma publicação de informação institucional, semestral, editada e produzido pela Junta de Freguesia do Touro.

Tem âmbito universal, ao servir de veículo de comunicação institucional da Freguesia. Por isso é dirigida pelo Presidente em funções, que tem consultadoria para cumprir com esses desígnios, no respeito pelo pluralismo democrático. E não renega, antes louva e elege, a geografia e as Terras do Demo como pertença.

Queremos dirigir-nos ao conjunto da população, que vive e trabalha na Freguesia, que a ela tem ligações ou por ela sente afinidade, dedicando atenção à informação local, tendo em conta as tradições, a diversidade e a evolução contínua da Freguesia. Progresso com tradição e origem. O conteúdo é definido com profissionalismo, rigor, espírito crítico e honestidade intelectual. O objetivo primacial é divulgar as informações pertinentes para o conhecimento da Freguesia, enquanto local de vivência e usufruto.

Tem edição semestral, sempre dedicada a um tema que integre as vivências da freguesia e que sirva para nos erigir numa identidade comum, a das Gentes do Touro, terra de Boa Sorte, e tem por lema “Terra fértil, gado e caça”, no feliz desígnio do Cônego Fonseca da Gama. Não renegamos quem somos, nem recusamos futuro que não possamos alcançar. Por isso se destina a todos os Tourenses, os que vivem na Freguesia e os da diáspora, os que por cá passam e os que por cá ficam. E os que cá voltam.

**“Estas charnecas podiam estar povoadas de florestas que ali bem se desenvolviam. Estes farrapos de floresta que em breves anos se vêm desenvolver, exuberantes de vida, são um índice claro da feição que a essa cultura estava indicada; e não só o pinheiro, mas a carvalha e o castanheiro. Quase todos os terrenos são baldios. Grandes matas do Estado, ou Camarárias e até paroquiais podiam e deviam ser uma das maiores riquezas da região. Com a arborização cria-se riqueza e beleza”.**

CÓNEGO FONSECA DA GAMA

**Adomingueiros**  
**Avesseira**  
**Cerdeira**  
**Lage Gorda**  
**Póvoa**  
**Touro**  
**Viduinho**

---

JUNTA DE FREGUESIA DE TOURO  
R. Cónego Alfredo Ferreira Morais Martins  
TOURO

E.: [freguesiadotouro@hotmail.com](mailto:freguesiadotouro@hotmail.com)  
T.: 232 602 304